
Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:




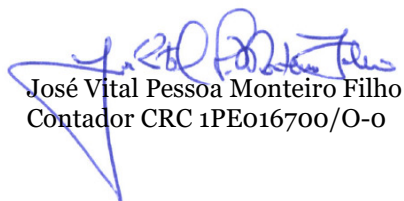
Eólica Manguê Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 28 de fevereiro de 2018


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	20.321	22.438	Fornecedores (Nota 11)	444	492
Contas a receber (Nota 7)	1.637	1.909	Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	3.147	3.200
Impostos a recuperar (Nota 9)	246	462	Obrigações trabalhistas e tributárias (Nota 12)	230	809
Despesas antecipadas (Nota 8)	23	52	Conta de ressarcimento – CCEE (Nota 14)	529	6.384
	<u>22.227</u>	<u>24.861</u>	Dividendos a pagar	785	391
			Outras contas a pagar		42
				<u>5.135</u>	<u>11.318</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	67.800	70.632
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	7.782	7.365	Provisão para contingências (Nota 16)	329	113
Conta de Ressarcimento – CCEE (Nota 14)	3.076	2.900	Desmobilização do parque (Nota 24)	<u>3.359</u>	<u>3.335</u>
Depósitos Judiciais	48	25		<u>71.488</u>	<u>74.080</u>
Imobilizado (Nota 10)	<u>81.445</u>	<u>86.854</u>			
	<u>92.351</u>	<u>97.144</u>	Total do passivo	<u>76.623</u>	<u>85.398</u>
			Patrimônio líquido (Nota 17)		
			Capital social	35.353	35.353
			Reserva legal	247	82
			Retenção de lucros	<u>2.355</u>	<u>1.172</u>
			Total do patrimônio líquido	<u>37.955</u>	<u>36.607</u>
Total do ativo	<u>114.578</u>	<u>122.005</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>114.578</u>	<u>122.005</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Operações continuadas		
Receita de vendas (Nota 18)	18.962	19.084
Custo das vendas (Nota 19)	<u>(9.337)</u>	<u>(10.056)</u>
Lucro bruto	9.625	9.028
Despesas gerais e administrativas (Nota 20)	(2.084)	(1.903)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>201</u>
Lucro operacional	7.541	7.326
Receitas financeiras (Nota 21)	2.747	3.796
Despesas financeiras (Nota 21)	<u>(5.467)</u>	<u>(6.659)</u>
Despesas financeiras, líquidas (Nota 21)	<u>(2.720)</u>	<u>(2.863)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.821	4.463
Imposto de renda e contribuição social (Nota 22)	<u>(1.516)</u>	<u>(1.293)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>3.305</u>	<u>3.170</u>
Lucro líquido por milhares de ações do capital social no fim do exercício – R\$	<u>0,09</u>	<u>0,09</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	3.305	3.170
Outros componentes do resultado abrangente		
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	<u> </u>	<u> </u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>3.305</u>	<u>3.170</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de lucros</u>		<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
		<u>Legal</u>	<u>Retenção de lucros</u>		
Em 1º de janeiro de 2016	35.353			(1.525)	33.828
Lucro do exercício				3.170	3.170
Destinação do lucro					
Constituição da reserva legal (Nota 17 (b))		82		(82)	
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 17 (b))				(391)	(391)
Dividendos adicionais propostos (Nota 17 (b))			1.172	(1.172)	
Em 31 de dezembro de 2016	<u>35.353</u>	<u>82</u>	<u>1.172</u>		<u>36.607</u>
Lucro do exercício				3.305	3.305
Destinação do lucro					
Dividendos pagos (Nota 17 (b))			(1.172)		(1.172)
Constituição da reserva legal (Nota 17 (b))		165		(165)	
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 17 (b))				(785)	(785)
Dividendos adicionais propostos			2.355	(2.355)	
Em 31 de dezembro de 2017	<u>35.353</u>	<u>247</u>	<u>2.355</u>		<u>37.955</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>4.821</u>	<u>4.463</u>
Ajustes de		
Depreciação e amortização	5.455	5.466
Juros, variações monetárias, contingências	5.261	5.517
Atualização CCEE	52	1.001
Reversão da provisão ambiental		(117)
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	272	(250)
Impostos a recuperar	216	636
Despesas antecipadas	29	12
Adiantamentos – CCEE	(176)	(2.900)
Títulos e valores mobiliários	(418)	(601)
Depósitos judiciais	(23)	(25)
Fornecedores	(48)	95
Obrigações trabalhistas e tributárias	(604)	(737)
Conta de ressarcimento – CCEE	(5.855)	(1.171)
Outros passivos	(92)	(129)
Caixa gerado pelas operações	<u>8.890</u>	<u>11.260</u>
Juros pagos	(5.023)	(5.254)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.491)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>2.376</u>	<u>6.006</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 10)	(46)	(20)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(46)</u>	<u>(20)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos – principal	(2.884)	(3.396)
Dividendos pagos	(1.563)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(4.447)</u>	<u>(3.396)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	<u>(2.117)</u>	<u>2.590</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>22.438</u>	<u>19.848</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>20.321</u>	<u>22.438</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas		
Vendas brutas de produtos e serviços	19.684	19.810
	<u>19.684</u>	<u>19.810</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados	(3.374)	(4.314)
Outras despesas	(862)	(1.751)
	<u>(4.236)</u>	<u>(6.065)</u>
Valor adicionado bruto	15.448	13.745
Depreciação e amortização	(5.455)	(5.466)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>9.993</u>	<u>8.279</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.747	3.796
Outras receitas		201
Valor adicionado total a distribuir	<u>12.740</u>	<u>12.276</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal - remuneração direta	1.677	1.026
Impostos, taxas e contribuições federais	2.251	2.252
Juros e variações cambiais	5.173	5.517
Aluguéis	334	311
Lucro do exercício	<u>3.305</u>	<u>3.170</u>
Valor adicionado distribuído	<u>12.740</u>	<u>12.276</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Manguê Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção A - Informações gerais

1 Contexto operacional

A Eólica Manguê Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), com sede na cidade de Natal –RN, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2010 com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina Manguê Seco 2, na cidade de Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte. A Companhia é controlada pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade Instalada MW	Energia Assegurada MWh	Início	Término
Manguê Seco 2	RN	Guamaré	25,2	9,589	Julho de 2016	Junho de 2032

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 28 de fevereiro de 2018.

(a) Contrato de Energia de Reserva – CER

A Companhia firmou, em 27 de outubro de 2010, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 149,99/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. A partir de 1º de julho de 2012, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato.

Em conformidade com o contrato firmado com a CCEE, o primeiro quadriênio de geração se encerrou em 30 de junho de 2016. A partir de 1º de julho de 2016 houve a repactuação da garantia assegurada no contrato, de 12 MWh para a média de geração do quadriênio de 9,589 MWh.

Em consonância com seu segmento de atuação, a Companhia mantém um contrato exclusivo com a CCEE, seu único cliente. As demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

1.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 26.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis somente a companhias abertas. Por decisão da administração a DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.

Seção B - Riscos

2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(i) Vida útil econômica de ativos não financeiros

Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei n.º 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão.

A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão e as vidas úteis estimadas de cada bem (Nota 26.5).

(ii) Conta de Ressarcimento – CCEE

A Conta de ressarcimento – CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais (Nota 26.9). A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Provisão para desmobilização

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada ao seu valor justo sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

(iv) Contingências

A Companhia está sujeita no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia podem afetar adversamente a Companhia, independentemente do respectivo resultado final.

A Companhia reconhece provisão para causas fiscais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades financeiras da Companhia não a expõem a riscos financeiros: risco de mercado e risco de liquidez.

Durante o decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A Companhia possui seus investimentos em fundos de renda fixa em bancos públicos, investimentos estes que não sofrem com volatilidade do mercado financeiro, pois não possuem nenhum percentual de renda variável.

Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis tem risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia (CCEE).

Risco Regulatório

É o risco que resulta para uma empresa ou ativo de possíveis medidas ou alterações legais por parte de um regulador, ou do governo e, conseqüentemente, provocarem impactos negativos sobre a sua atividade ou rentabilidade.

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

O aumento da produção de energia eólica pode fazer com que o Brasil se torne o primeiro país a cobrar Royalties sobre os ventos. A Companhia irá monitorar as decisões legais do assunto em questão.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas da elaboração do fluxo de caixa anual da Companhia, prevendo desembolsos e recebimentos futuros, os quais são monitorados anualmente pela área financeira.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2017				
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	3.147	3.022	10.938	53.840
Fornecedores	444			
Em 31 de dezembro de 2016				
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	3.200	2.850	9.980	57.880
Fornecedores	492			

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Total dos empréstimos (Nota 13)	70.947	73.832
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(20.321)	(22.438)
Menos: títulos e valores mobiliários (Nota 6)	<u>(7.782)</u>	<u>(7.365)</u>
Dívida líquida (a)	<u>42.844</u>	<u>44.029</u>
Total do patrimônio líquido	<u>37.955</u>	<u>36.607</u>
Total do capital (b)	<u>80.799</u>	<u>80.636</u>
Índice de alavancagem financeira - % (a / b)	<u>53%</u>	<u>54%</u>

Estimativa do valor justo

A Companhia não possui ativos ou passivos mensurados a valor justo. Entretanto, pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos as eventuais perdas (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Empréstimos, disponibilidades e recebíveis		
Recursos em caixa e em banco (Nota 5)	3	8
Certificados de depósitos bancários (Nota 5)	20.318	22.430
Contas a receber de clientes (Nota 7)	1.637	1.909
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	<u>7.782</u>	<u>7.365</u>
	<u>29.740</u>	<u>31.712</u>
Outros passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	70.947	73.832
Fornecedores (Nota 11)	<u>444</u>	<u>492</u>
	<u>71.391</u>	<u>74.324</u>

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Recursos em banco e em caixa (i)	3	8
Certificados de depósitos bancários (ii)	<u>20.318</u>	<u>22.430</u>
	<u>20.321</u>	<u>22.438</u>

- (i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende a depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato.
- (ii) Os Certificados de depósitos bancários estão indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa de remuneração da aplicação do BNB de curto prazo em 2017 é de 94,31% do CDI e a remuneração da aplicação do Banco do Brasil de curto prazo em 2017 foi de 97,64% do CDI.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Títulos e valores mobiliários

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Banco do Nordeste do Brasil S.A. – Conta reserva	<u>7.782</u>	<u>7.365</u>

A aplicação financeira, classificada no ativo não circulante, trata-se de uma conta reserva exigida pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. como garantia de financiamento contratado e tem rendimento de 95% do CDI.

7 Contas a receber

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
CCEE – ativo circulante (a)	<u>1.637</u>	<u>1.909</u>
	<u>1.637</u>	<u>1.909</u>

- (a) Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia de eólica firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, recebido mensalmente.

Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

8 Despesas antecipadas

Compreendem as despesas antecipadas com IPTU, taxa de licença anual e despesas com seguros que ainda serão apropriadas.

9 Impostos a recuperar

Ativo circulante	<u>2017</u>	<u>2016</u>
IRPJ a recuperar	124	203
ISS a recuperar	86	86
PIS		45
CSLL	36	48
IRRF a recuperar		80
	<u>246</u>	<u>462</u>

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado

	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Maquinas, aparelhos e equipamentos	Aero - geradores	Linhas de transmissão	Construções civis	Desmobilização	Total
Em 31 de dezembro de 2016								
Saldo inicial	5	4	62	70.382	8.751	11.034	2.465	92.703
Aquisições	2	5	13					20
Estorno da provisão ambiental (Nota 17)				(320)	(39)	(44)		(403)
Depreciação	(1)	(2)	(6)	(4.207)	(516)	(584)	(150)	(5.466)
Saldo contábil, líquido	6	7	69	65.855	8.196	10.406	2.315	86.854
Em 31 de dezembro de 2016								
Custo	10	15	88	90.488	11.101	12.568	3.112	117.382
Depreciação acumulada	(4)	(8)	(19)	(24.633)	(2.905)	(2.162)	(797)	(30.528)
Saldo contábil, líquido	6	7	69	65.855	8.196	10.406	2.315	86.854
Em 31 de dezembro de 2017								
Saldo inicial	6	7	69	65.855	8.196	10.406	2.315	86.854
Aquisições	27	5	14					46
Depreciação	(2)	(3)	(7)	(4.195)	(514)	(584)	(150)	(5.455)
Saldo contábil, líquido	31	9	74	61.661	7.683	9.822	2.165	81.445
Em 31 de dezembro de 2017								
Custo	37	19	101	90.491	11.101	12.568	2.315	116.632
Depreciação acumulada	(6)	(10)	(27)	(28.830)	(3.418)	(2.746)	(150)	(35.187)
Saldo contábil, líquido	31	9	74	61.661	7.683	9.822	2.165	81.445

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Wobben Windpower Indústria e Comércio	373	388
Outros fornecedores	<u>71</u>	<u>104</u>
	<u>444</u>	<u>492</u>

12 Obrigações trabalhistas e tributárias

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Obrigações trabalhistas	6	6
Retenções na fonte	28	50
PIS	11	15
COFINS	49	74
IRPJ	26	315
CSLL	<u>110</u>	<u>349</u>
	<u>230</u>	<u>809</u>

13 Empréstimos e financiamentos

	Encargos financeiros	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	9,50% a.a.	<u>70.947</u>	<u>73.832</u>
Circulante		<u>(3.147)</u>	<u>(3.200)</u>
Não circulante		<u>67.800</u>	<u>70.632</u>

Em 2011, a Companhia captou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. recursos no montante de R\$ 83.125 para financiamento da construção do Parque Eólico Mangue Seco II, à taxa de juros de 9,50% a.a e com vencimento final em Outubro de 2031. Os recursos foram liberados em janeiro e março de 2012. Se o pagamento de juros ocorrer na data de vencimento, há um bônus de adimplência de 25% sobre a taxa de juros, perfazendo 7,125% a.a.

Os montantes de não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2017</u>
2019	3.022
2020	3.319
2021	3.638
A partir de 2022	<u>57.821</u>
	<u>67.800</u>

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Garantias financeiras

As garantias oferecidas para pagamento da dívida são bens vinculados em alienação fiduciária, fiança, penhor de primeiro grau das ações de sua propriedade, penhor de primeiro grau de direitos emergentes de autorização, constituição da conta reserva, cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios decorrentes da receita fixa.

14 Conta de Energia CCEE

A provisão apurada conforme os critérios definidos na Nota 26.9 está apresentada conforme a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo não circulante (a)	<u>3.076</u>	<u>2.900</u>
Passivo circulante		
Geração abaixo de 90% (b)	<u>529</u>	<u>6.384</u>

- (a) O saldo dessa conta representa o valor acumulado até a presente data, dos ajustes referentes à diferença entre geração a maior e recebimento do contrato com a CCEE. O montante que exceder o limite superior da faixa de tolerância (30% acima do valor assegurado), será ressarcido conforme apuração realizada ao final de cada ano contratual, recebendo-se apenas 70% do preço contratado sobre o montante do excedente (em MWh). Caso o montante esteja contido na faixa de tolerância (entre o valor assegurado e o limite superior da faixa de tolerância) a Companhia será ressarcida conforme apuração realizada ao final de cada quadriênio, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante acumulado (em MWh).

No ano contratual findo em 30 de junho de 2017, a Companhia apurou um total de energia entregue de 102% Por se enquadrar dentro da faixa de tolerância (entre 90% e 130%), o saldo será mantido no longo prazo para apuração ao término do quadriênio contratual.

- (b) Corresponde à parcela da energia gerada a menor, que fica aquém do limite inferior da faixa de tolerância (10% abaixo do valor assegurado), referente a um ano de contrato, adicionada de multa de 15%, contabilizada no passivo circulante.

15 Provisão ambiental

Na constituição do parque Eólico foi realizada a provisão para passivo ambiental, conforme estabelecido pela Lei 9.985/2000, no montante de 0,5% do valor do total do projeto, totalizando R\$ 520. Os valores foram registrados em contrapartida do Imobilizado. Os efeitos dessa reversão afetaram o imobilizado no montante de R\$ 403 e o resultado no montante de R\$117, referente a depreciação no período. Conforme comunicado nº 460/2016 – CMA de 8 de junho de 2016, a Companhia ficou desobrigada a destinar os recursos provisionados na constituição do parque. Com base nesse comunicado, em 2016 foi realizada a reversão da reserva, a qual havia sido originalmente reconhecida como parte do custo do imobilizado (Nota 10).

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Provisão para contingências

<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>329</u>	<u>113</u>

Notificação por descumprimento de cláusula contratual (a)

- (a)** Em maio de 2012, a Companhia foi notificada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE por não ter enviado das medições anemométricas (velocidade e força dos ventos) e climatológicas permanentes dos ventos no local em que se encontra instalada a usina para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE para o período de abril a dezembro de 2011. Esta obrigação encontra-se prevista no Contrato de Energia de Reserva firmado com a CCEE.

O não cumprimento desta obrigação ensejou a aplicação de multa contratual no valor de 1% sobre a receita definida no Contrato de Energia de Reserva para o período supracitado.

A administração da Companhia, suportada pelos seus assessores jurídicos, considera que é provável o desembolso da multa relativa ao período de medição dos meses de abril a setembro de 2011, montando um valor total original de R\$ 105 (2017 – R\$ 329).

O período de outubro a dezembro de 2011 é considerado como de probabilidade de perda remota, uma vez que os dados foram enviados à EPE, embora que de forma intempestiva.

A Companhia apresentou defesa à CCEE, a qual encaminhou o mérito da questão à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL se manifestou, em decisão publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de dezembro de 2013, reconhecendo parcialmente o pleito da Companhia. Isto porque, pela decisão da ANEEL, a multa de 1% passará a ser calculada com base na receita fixa mensal do contrato pelo período em que foi verificado o atraso na medição de tais dados, e não mais sobre o valor de 1% da receita definida no Contrato de Energia de Reserva para o período correspondente.

A diferença do valor da multa, entre o resultado do cálculo com base no Contrato de Energia de Reserva e resultado do cálculo com base na receita fixa mensal, foi estornada na contabilidade, ficando evidenciando somente o que é realmente devido segundo o parecer da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em 31 de dezembro de 2017, existem duas ações judiciais em que a Companhia está envolvida, para as quais os assessores jurídicos indicam probabilidade de perda possível. O montante estimado atualizado total é de R\$ 2.668 (2016 – R\$ 2.559). Contudo, considerando que a Companhia é litisconsorte passiva, junto com os outros Parques Eólicos (Mangue Seco 1 e Mangue Seco 3), estimamos que a mesma deverá ser responsável pelo montante de R\$ 889 nas referidas ações. Essas ações judiciais são relativas à servidão administrativa de passagem das linhas de transmissão da Companhia, bem como dos outros Parques Eólicos, conforme seguir detalhado: (i) Processo nº 0101638-69.2013.8.20.0105, ajuizado pelo Sr. Autor Luiz Antônio de Melo, em trâmite na vara única de Macau/RN, cujo valor atualizado perfaz a quantia de R\$ 2.345, sendo que a parte referente à Mangue Seco 2 corresponde ao montante de R\$ 781. O objeto desta ação engloba: (a) liminarmente, a pretensão do Autor em receber um valor mensal pela utilização do seu imóvel como passagem das linhas de transmissão; e (b) pretensão do autor em ser indenizado pelos danos sofridos em virtude da implantação da linha de transmissão em sua propriedade.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor depositado em juízo pela Mangue Seco 2 referente a esta ação foi de R\$ 19;
(ii) Processo nº 0101809-55.2015.8.20.0105 ajuizado pelo Sr. Francisco Pereira Olegário, em trâmite na vara única de Macau-RN, cujo valor atualizado perfaz a quantia de R\$ 323, sendo que a parte referente à Mangue Seco 2 corresponde a R\$ 108. O objeto da ação é a pretensão do Autor em receber indenização pela desapropriação do seu imóvel em razão do que ele considera desapropriação, para fins de passagem de linha de transmissão. O valor depositado em juízo pela Mangue Seco 2 referente a esta ação foi de R\$ 10.

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de R\$ 35.353 e está representado por 35.352.931 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal com direito a voto nas assembleias gerais da Companhia. O acionista Petróleo Brasileiro S.A. detém de 51 % das ações e a acionista Central Elétricas Brasileira S.A. detém de 49% das ações.

(b) Destinação do lucro

De acordo com o estatuto da Companhia, do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social.

Do saldo, ajustado na forma do art. 202 da lei 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral, após ouvido o Conselho de Administração. Em 2017, foi distribuído aos acionistas R\$ 1.172, referente a retenção de lucros de exercícios anterior.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	3.305	3.170
Compensação dos prejuízos acumulados		(1.525)
Base de cálculo da reserva legal	3.305	1.645
Constituição de reserva legal (5%)	165	82
Base de cálculo dos dividendos	3.140	1.563
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>785</u>	<u>391</u>
Dividendos adicionais propostos	<u>2.355</u>	<u>1.172</u>

Em 26 de maio de 2017 foram pagos o dividendo mínimo obrigatório e o dividendo adicional proposto de 2016 no montante de R\$ 391 e R\$ 1.172, respectivamente.

Eólica Manguê Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Receita operacional líquida

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita com geração de energia elétrica	19.684	19.810
Impostos sobre o faturamento		
PIS	(128)	(129)
COFINS	(594)	(597)
Total de impostos sobre o faturamento	(722)	(726)
Receita líquida	<u>18.962</u>	<u>19.084</u>

A receita com venda de energia elétrica no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

19 Custos com geração de energia

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depreciação	5.305	5.316
Encargos Setoriais – TUSD	738	791
Servidão de passagem e aluguéis	297	279
Representação CCEE e NOS	170	383
Custo com pessoal requisitado	211	
Vigilância e segurança	245	216
Serviço de manutenção do parque (a)	1.601	1.648
Custo de devolução por não atingir meta (CCEE) (b)		662
Desmobilização do parque eólico	150	150
Demais custos	620	612
	<u>9.337</u>	<u>10.056</u>

- (a)** Refere-se substancialmente ao contrato de manutenção firmado com a WobbenWindpower Indústria e Comércio (Nota 11);
- (b)** Corresponde à provisão da multa (15%) referente ao não atingimento da meta de fornecimento da energia contratada (Nota 26.9).

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Despesas gerais e administrativas:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas administrativas (a)	403	320
Despesas com pessoal (b)	1.466	1.136
Serviços de terceiros (c)	202	208
Despesas tributárias (d)	13	239
	<u>2.084</u>	<u>1.903</u>

(a) Despesas administrativas:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas com viagens	125	95
Aluguéis	38	31
Despesas com seguros	22	13
Contribuições a associações		12
Locação de veículos	43	38
Utilidades (água, luz, telefone e internet)	27	23
Outras	148	108
	<u>403</u>	<u>320</u>

(b) Despesas com pessoal

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Honorários da diretoria (Nota 23)	546	414
Despesa com conselheiros	170	170
Despesa com funcionário requisitado	716	442
INSS - previdência social	34	34
Locação de mão de obra		76
	<u>1.466</u>	<u>1.136</u>

(c) Serviços de terceiros

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Assessoria jurídica	132	115
Assessoria contábil	53	60
Serviço de auditoria	17	33
	<u>202</u>	<u>208</u>

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Outras despesas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ICMS – Diferencial de alíquota	2	
IOF	9	10
COFINS sobre outras receitas (i)		162
PIS sobre outras receitas (i)		27
Impostos e taxas diversas	<u>2</u>	<u>40</u>
	<u>13</u>	<u>239</u>

- (i) Conforme decreto nº 8.426 de 1º de abril de 2015, a Companhia passou a apurar PIS e COFINS sobre a receita financeira, com os efeitos produzidos a partir de 1º de julho de 2015. Não há despesa em 2017 do referido imposto, pois o Decreto se aplica apenas para empresas do Lucro Real.

21 Receitas e despesas financeiras

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesa de juros sobre empréstimos	(5.023)	(5.276)
Despesa CCEE	(52)	(1.001)
Outras despesas financeiras	<u>(392)</u>	<u>(382)</u>
Despesas financeiras	<u>(5.467)</u>	<u>(6.659)</u>
Receita de juros sobre aplicações financeiras	<u>2.747</u>	<u>3.796</u>
Receitas financeiras	<u>2.747</u>	<u>3.796</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(2.720)</u>	<u>(2.863)</u>

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda (IR) e a contribuição social (CSLL) foram calculados no lucro presumido, aplicando-se a presunção de 8% e 12% respectivamente sobre o faturamento e em seguida aplicado o percentual de 15% e 10% adicional para o IRPJ e de 9% para CSLL.

	<u>2017</u>
Receita bruta de vendas	19.801
Ajuste na receita bruta	(117)
Presunção imposto de renda – 8% (a)	1.584
Presunção contribuição social – 12% (b)	2.376
Demais receitas e ganhos de capital (c)	2.736
Base de Cálculo – IRPJ (a) + (c)	4.320
Imposto de renda: 15%	648
Adicional do imposto de renda: 10%	<u>408</u>
Total de IRPJ (i)	<u>1.056</u>
Base de Cálculo – CSLL	5.112
Contribuição social: 9%	<u>460</u>
Total de CSLL (ii)	<u>460</u>
Imposto de renda e contribuição social (i) + (ii)	<u><u>1.516</u></u>

No mesmo período de 2016, a Companhia estava enquadrada no lucro real anual e o imposto foi calculado a alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10%, consoante legislação específica e a contribuição social sobre o lucros (CSLL) foi calculada a alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.463
Adições (exclusões)	
Despesas não dedutíveis	281
Outras exclusões	(55)
Compensação de prejuízos acumulados	(816)
Lucro real do imposto de renda e base de cálculo da contribuição social	<u>3.873</u>
Imposto de renda – 15%	581
Adicional do imposto de renda – 10%	<u>363</u>
Imposto de renda	<u>944</u>
Contribuição social – 9% do lucro real	<u>349</u>
Total Imposto de renda e Contribuição social	<u>1.293</u>

23 Partes relacionadas

(a) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar refere-se a honorários da diretoria por serviços prestados, está apresentada a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Honorários da diretoria (Nota 20 (b))	546	414
Conselheiros de Administração	<u>105</u>	<u>105</u>
	<u>651</u>	<u>584</u>

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Banco do Nordeste do Brasil

Principal e juros pagos em 31 de dezembro:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Principal	2.884	3.396
Juros	5.023	5.254

A Companhia possui um saldo de empréstimo no seu passivo circulante de R\$ 3.147 (2016 – R\$ 3.200) e no seu passivo não circulante de R\$ 67.800 (2016 – R\$ 70.632) junto ao Banco do Nordeste do Brasil (Nota 13).

Saldo da aplicação financeira de curto prazo, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, taxa de remuneração de 94,31% do CDI (2016 -97,77% do CDI).

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aplicação financeira	1.677	1.682

(c) Banco do Brasil

Saldo da Aplicação financeira de curto prazo, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, taxa de remuneração de 97,64% do CDI (2016 - 100,64%).

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aplicação financeira	18.641	20.748

24 Provisão para desmobilização

Com a finalidade de estimar os custos de desmobilização da Usina Eólica de propriedade da Companhia, a mesma contratou a empresa Vertu Assessoria e Avaliações Ltda. que apresentou um laudo técnico precisando o custo de desmobilização da Usina Eólica. O estudo apontou que o custo aproximado de desmontagem do parque seria um valor de R\$ 3.359 (2016 – R\$ 3.335).

25 Seguros (não auditado)

As coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2017 foram contratadas pelos montantes a seguir indicados:

<u>Ramos</u>	<u>Importâncias seguradas</u>
Riscos operacionais	125.073
Responsabilidade civil	15.000

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção C - Políticas contábeis

26 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

26.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

26.2 Ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

26.3 Contas a receber

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

26.4 Títulos e valores mobiliários

Depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações financeiras.

26.5 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela Aneel através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, limitada ao prazo de concessão, como segue:

	<u>Anos</u>
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Aerogeradores	20
Linhas de transmissão	20
Construções civis	20
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 26.6).

26.6 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

26.7 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

26.8 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

26.9 Conta de Ressarcimento – CCEE

A Conta de ressarcimento – CCEE refere-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo:

- a) O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio encerrou-se em 30 de junho de 2016;
- b) Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá 70% do preço contratado sobre o montante em MWh que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE.

26.10 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

26.11 Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Companhia, em 2016, adotou o regime de tributação “Lucro Real Anual” e para o exercício de 2017 a Companhia adotou o regime do “Lucro Presumido”.

26.12 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

26.13 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

(a) Fornecimento de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

26.14 Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

26.15 Novas normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

(a) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros":

A IFRS 9 aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A norma passa a vigorar em 1º de janeiro de 2018. A Administração avaliou os seus ativos financeiros e identificou que não é esperado impactos decorrentes na adoção dessa nova norma, no que se refere ao novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, tendo em vista que a Companhia não possui títulos em atraso, tampouco histórico de perdas. A carteira de recebíveis da Companhia é concentrada em clientes pontuais, os quais tem seu risco de crédito/ perda avaliado individualmente (Nota 7).

Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) IFRS 15/ CPC 47 - Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1 de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC 47- “Contratos de Construção”, IAS 18/CPC 30 – “Receitas” e correspondentes interpretações. A Administração avaliou os contratos de fornecimento existentes e identificou que a Companhia não terá impactos na aplicação do CPC 47, uma vez que o reconhecimento da receita já ocorre em um determinado período, bem como, de acordo com as obrigações de performance significativas, identificadas em seus contratos (Nota 7).

(c) IFRS 16/ CPC 06 - Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma poderá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Empresa tem em aberto e ainda está avaliando os possíveis impactos.

Esta norma é obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A administração pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

* * *